



**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**  
**Gabinete do Presidente**

**RELATÓRIO**

**DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA RELATIVO AO SEU QUADRO DE JUIZES/AS DESEMBARGADORES/AS.**

**I. Situação atual.**

**I. A. Apreciação global.**

O corpo de Juízes/as Desembargadores/as do Tribunal da Relação de Lisboa encontra-se em situação de **rutura coletiva e individual** pela conjugação de um conjunto de fatores, de que destacamos as sucessivas alterações legislativas, cujas consequências práticas no seu funcionamento não foram previamente ponderadas nem objeto de ulterior medição e avaliação, mas que não podem agora deixar de ser ponderadas pelos efeitos nefastos já produzidos.

Esta situação do Tribunal da Relação de Lisboa nunca antes tinha sido atingida, sustentando-se agora a sua ação nas inegáveis qualidades técnicas e de trabalho desta geração de Juízes, que ao longo do seu percurso profissional sempre trabalhou em regime intensivo, sem horário de trabalho, em função da finalização de processos, em tribunais afundados, mantendo a justiça a funcionar, não pela eficiência das medidas legislativas e de gestão que enquadram a sua ação, mas com a sua dedicação e sacrifício pessoal.

**O esforço desta geração é irrepetível e a situação do Tribunal da Relação de Lisboa é, a todos os títulos, insustentável.**

As causas próximas desta situação podem reunir-se em dois grupos, o primeiro dos quais reportados às condições gerais de funcionamento dos Tribunais da Relação, e o segundo reportado às específicas condições de funcionamento deste Tribunal da Relação de Lisboa.



**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**  
**Gabinete do Presidente**

I. B. Os fatores relativos às **condições gerais de funcionamento** dos Tribunais da Relação que dificultam a ação deste Tribunal.

As dificuldades da ação do Tribunal da Relação de Lisboa advêm, em especial dos seguintes fatores:

- a) O **elevado número** de processos, muito acima do que, em tempos, o Conselho Superior da Magistratura entendeu ser o número máximo aconselhável (Anexos I e II).
- b) **Concentração** tendencial da impugnação das decisões de 1.<sup>a</sup> instância num **único recurso** (apelação, recurso penal), aumentando o tempo de decisão de cada recurso e inutilizando qualquer comparação com o número de processos por Desembargador de anos transatos e com sugestões de "contingentação", antes feitas.
- c) A extinção do tribunal coletivo na 1.<sup>a</sup> instância cível, fazendo triplicar o número de decisões e consequentes recursos, pois enquanto, antes, 3 juízes realizavam 1 julgamento, agora, esses mesmos **3 juízes passaram a realizar 3 julgamentos**, transferindo a **discussão em matéria de facto** do tribunal coletivo para o nível seguinte, a **Relação**.
- d) A complexidade e indefinição legal e jurisprudencial dos parâmetros concretos do **recurso da decisão em matéria de facto**, deixados para a dinâmica de cada processo, a que acresce a tendência jurisprudencial do Supremo Tribunal de Justiça para reduzir as exigências formais da impugnação, adotando um modelo muito próximo de um segundo julgamento pleno nas Relações, por contraposição a uma reapreciação limitada do julgamento da 1.<sup>a</sup> instância.
- e) **Litigância social acrescida** em matérias cujos processos têm grande longevidade, comportando várias sentenças (insolvências individuais, processos relativos a recuperação de empresas, família e menores).
- f) Falta de organização dos processos em papel e da sua atualização, que nem sequer dispõem de um **índice**, muito relevante pela sua **dimensão média elevada**, que também não é suprida pelo chamado "histórico" nos processos "eletrónicos".



**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**  
**Gabinete do Presidente**

g) Falta de **suportes informáticos**, que implica atrasos e necessidade de **longas horas de escrita**, por parte dos/as Desembargadores/as.

h) Má organização dos **recursos em separado**, com certidões ineptas para a perceção do seu objeto.

i) **Inversão do percurso profissional** do Juiz, função *sui generis* em que o trabalho aumenta nas vertentes intelectual e material, em vez de ser diminuído com a idade e tempo de permanência na função, em prol da sua qualidade, como é apanágio da generalidade das funções públicas e privadas.

j) Deficiente enquadramento legal das exigências dessa inversão de percurso com a **incapacidade por doença**, quer as próprias do aumento de idade, quer as de natureza profissional (desgaste rápido por excesso de trabalho, lesões de visão, coluna, doenças de sedentarismo devido a excesso de horas sentados/as ao computador), sendo os juízes/as confrontados/as, por um lado, com um sistema que dificulta a reforma por incapacidade e por outro com uma forte penalização legal, mesmo para dezenas de anos de descontos, mantendo-se muitos Desembargadores/as ao serviço apesar do seu estado de saúde periclitante e das suas limitações de trabalho.

Os/as Desembargadores/as são impelidos a continuar a trabalhar, apesar da incapacidade, ao mesmo tempo que veem aumentadas as dificuldades em fazê-lo, atento o volume de trabalho que lhes é imposto.

I. C. Os fatores relativos às suas **específicas condições de funcionamento** que dificultam a ação deste Tribunal.

Nesta perspetiva, as dificuldades principais são as seguintes:

A) Para além da **criminalidade grave** específica da sua área de competência territorial, a Relação de Lisboa recebe um elevado número de **processos de âmbito nacional**, quer de natureza criminal, quer de natureza cível, determinados pela **localização dos serviços do Estado Central e da sede das grandes empresas**.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA  
Gabinete do Presidente

B) Mais do que o número, dificultam a sua ação a **dimensão/volume** material dos processos (**Anexo III**) e a **novidade e complexidade das questões** suscitadas, exponenciando o esforço individual e coletivo, com a frequente necessidade de **suspensão de distribuição** para decisão de um único processo (**Anexos IV e X**).

C) Estamos agora perante um **novo paradigma de matérias**, de que destacamos as matérias do setor financeiro e da regulação e supervisão, com curtos prazos de prescrição, que exigem mais tempo de trabalho na busca de soluções e tempo de decisão

D) O Tribunal da Relação de Lisboa recebe recursos em processos:

D.1) Com **conexão internacional**, relativos a questões do Estado Português, de natureza criminal, a sociedades multinacionais e suas representações;

D.2) Que provêm de Tribunais de **âmbito nacional**, de que destacamos os tribunais de competência territorial alargada, como o Tribunal da **Concorrência, Regulação e Supervisão** e o Tribunal da **Propriedade intelectual**.

E) Na cidade de Lisboa estão localizadas as **grandes sociedades de advocacia**, com advogados **especializados** nas várias matérias, geradoras de litigância em volume, de peças processuais e das questões e fundamentos neles vertidos, que podem ser e são exponenciados por uma legislação processual permissiva, que não estabelece limites materiais a essa litigância e que não permite que o Juiz o faça.

F) Nesta cidade está localizada também a maioria dos **meios de comunicação social** de âmbito nacional, o que, em conjugação com os fatores antes referidos e com as redes sociais de comunicação, potencia a **preocupação pública** sentida pelos/as Juízes/as Desembargadores/as e expõe o seu trabalho a um universo de comentadores e críticos das mais variadas áreas sociais, o que não deixa de estar presente na fase da sua execução.

## II. A situação atual em números.

### II. 1. Relação entre volume de trabalho e número de Desembargadores/as.



**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**  
**Gabinete do Presidente**

Para a prossecução das suas atribuições o Tribunal da Relação de Lisboa, com um quadro de 133 a 153 Juízes/as Desembargadores/as, segundo o Mapa II anexo ao Dec. Lei n.º 49/2014, de 27 de março, dispõe atualmente, apenas, de 125 Juízes Juízes/as Desembargadores/as, incluindo o presidente, e 3 Juízes Militares, sendo 60 nas Secções Cíveis, 49 nas Secções Criminais, incluindo a Exm.a Vice-Presidente, e 15 na Secção Social (**Anexo V**).

Os Juízes/as Desembargadores/as em **efetividade** de funções não atingem o limite mínimo do quadro, existindo um diferencial numérico negativo de oito (8), prevendo-se, com segurança/certeza, que esse diferencial negativo venha a aumentar em 2017, em virtude de jubilação e acesso ao Supremo Tribunal de Justiça, o que, em conjugação com os outros fatores relevantes, como as reduções/suspensões de distribuição por doença e por especial complexidade de processos, nos permite afirmar que a situação é **insustentável** e alertar o Venerando Conselho Superior da Magistratura para o perigo real de uma **rutura coletiva e individual** a curto prazo.

**No ano de 2016, a distribuição atingiu por Juiz Desembargador, nas Secções Cíveis, 135 processos, dos quais 92 são apelações, nas Secções Criminais, 106 processos, dos quais 100 são recursos penais, na Secção Social 79 processos, dos quais 69 são apelações.**

Por força do grau de complexidade de um elevado número de processos (**Anexo III**) Juízes/as Desembargadores/as houve que receberam menos em quantidade, mas desenvolveram o esforço de trabalho equivalente a esse número de processos.

Apenas os/as Juízes/as Desembargadores/as em situação de doença aguda ou de incapacidade por doença receberam menos processos, mas essa é uma situação natural, para a qual o quadro de Juízes/as Desembargadores/as e o seu preenchimento deve estar preparado (**Anexo VI**).

Com efeito, a situação de doença, não sendo um ato de vontade do/a próprio/a, confere um conjunto de direitos, em ordem à recuperação de saúde dos atingidos/as, que devem ser assegurados pela gestão corrente e não pelo sobre esforço (compensatório) dos/as restantes Juízes/as Desembargadores/as.

No 1.º **trimestre de 2017**, foram já distribuídos, nas Secções Cíveis, 2.186 processos, nas Secções Criminais, 1.188 processos e na Secção Social, 260



**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**  
**Gabinete do Presidente**

processos, num total de **3.634 processos**, o que constitui um aumento relativamente ao mesmo período do ano anterior, fazendo prever um aumento global anual, face aos números de 2016 (**Anexo II**).

Pela sua influência no *ratio*, número de processos/número de Juízes/as Desembargadores, passaremos a reportar-nos às situações de suspensão e redução de distribuição por (1) razões de natureza subjetiva, relativas à saúde dos/as Juízes/as Desembargadores/as Relatores e por (2) razões objetivas, relativas à natureza dos processos, em especial as relativas à sua dimensão e complexidade. Embora constitua fator de orgulho do Tribunal da Relação de Lisboa, pelo serviço público que lhe está associado, da justiça ou outro, reportaremos também (3) as Comissões de Serviço pela sua influência no número de Juízes/as Desembargadores/as em serviço efetivo.

II. 2. Suspensões e reduções de distribuição por razões de natureza subjetiva, relativas à **saúde** dos/as Juízes/as Desembargadores/as Relatores. (**Anexos VI e VII**).

Em 2016, por razões de saúde, nem todos/as os/as Juízes/as Desembargadores/as em efetividade de funções puderam dar o seu contributo pleno.

Atento o escalão etário em que se encontra a generalidade dos/as Juízes/as Desembargadores/as é razoável esperar um maior número de afeções individuais. Não obstante, é nossa convicção que as ausências ao serviço por doença no Tribunal da Relação de Lisboa (1) não são superiores às dos tribunais de 1.<sup>a</sup> instância (conhecidas do Tribunal da Relação de Lisboa, onde são processadas) e (2) são inferiores, quer às dos restantes serviços públicos, quer às do setor privado da economia.

Para isso, para além da dedicação dos/as Juízes/as Desembargadores/as que reduzem ao mínimo indispensável as suas ausências por doença para não sobrecarregarem quem permanece ao serviço, mantendo-se ao serviço mesmo em situação de doença, em **tratamento ambulatorio**, temos desenvolvido um esforço de **acompanhamento individual**, em ordem a garantir o interesse público e o



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA  
Gabinete do Presidente

interesse coletivo do grupo de Juízes/as Desembargadores/as com o respeito pelas situações de doença e dos direitos individuais a elas associados.

Para além do acompanhamento individual, em sintonia com o Conselho Superior da Magistratura e em data anterior à divulgação do Parecer relativo a **"Incapacidades funcionais permanentes dos magistrados judiciais"** do mesmo Conselho, foi feita uma comunicação interna relativa ao conteúdo funcional que deve ser considerado pelos documentos médicos que atestem situações de incapacidade para o exercício de funções (**Anexo VIII**).

Nesta linha de gestão de recursos humanos, em sintonia com despacho do Exm.º Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, de 19/7/2016, ratificado por deliberação de 27/9/2016, do mesmo Conselho, foram recentemente apreciadas e **revistas** algumas reduções de distribuição e feitos os ajustamentos possíveis (**Anexo VII**).

Em 2016, 28 Juízes/as Desembargadores/as tiveram redução/suspensão de distribuição por doença incapacitante (**Anexo VI**).

No 1.º trimestre de 2017 são, já, 23 os/as Juízes/as Desembargadores/as com/redução suspensão de distribuição por doença, incluindo este número situações de **incapacidade/doença permanente** (**Anexo VII**).

Em 2017 continuaremos o nosso esforço de acompanhamento e redução ao mínimo possível das ausências por doença, apesar de se tratar de um campo em que a ação humana, quer de gestão, quer de prevenção/tratamento médico, não é a determinante.

II. 3. Suspensões/reduções de distribuição por razões objetivas, relativas à natureza dos processos, em especial as relativas à sua **dimensão e complexidade** (**Anexos III, IV e X**).

A dimensão média dos processos que dão entrada no Tribunal da Relação de Lisboa encontra-se ilustrada nos números do **Anexo III**, pelos quais constatamos que, em 2016 foram distribuídos **1909 processos com 3 ou mais volumes** de processado, dos quais, **534 tinham 6 ou mais volumes, 159 tinham 11 ou mais**



**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**  
**Gabinete do Presidente**

**volumes e 42 tinham mais de 20 volumes**, não tendo sido contabilizados os volumes de "anexos" de documentos ou semelhantes.

A simples dimensão do processado é demonstrativa da tarefa ciclópica dos/as Juízes/as Desembargadores/as para decidirem em prazo razoável e com uma qualidade técnica mínima.

A par da dimensão dos processos e em regra a ela associada intervêm também aqui os fatores acima descritos, relativos às condições gerais de funcionamento dos Tribunais da Relação e, em especial, os que se afiguram específicos das condições de funcionamento do Tribunal da Relação de Lisboa, como determinantes da necessidade de tempo de trabalho, que não se compadece com a continuação de distribuição de outros processos ao/à Relator/a, quando lhe é distribuído um ou mais desses processos.

Para assegurar decisões em prazo razoável e com uma qualidade técnica que não desilustre a qualidade de um tribunal superior, em **2016** foram requeridas e **decididas**, com análise de requisitos indiciários objetivos recentemente sufragados na reunião dos Presidentes das Relações com o Conselho Superior da Magistratura, que teve lugar a 3/3/2017, **suspensões/reduções de distribuição a 21 Juízes/as Desembargadores/as (Anexo IV)** e no **1.º trimestre de 2017**, com os mesmos requisitos foram decididas suspensões/reduções de distribuição a **5 Juízes/as Desembargadores/as (Anexo X)**.

Estas suspensões/reduções de distribuição foram determinadas pela extensão e complexidade de processos, quer no que respeita a processos de natureza criminal, como de natureza cível e têm como efeito imediato a sobrecarga da generalidade dos/as Desembargadores/as que permanecem na distribuição.

**II. 4. Juízes/as Desembargadores/as em comissão de serviço e em acumulação com outras funções.**

Sendo prestigiantes para o Tribunal da Relação de Lisboa e exercendo-se na generalidade na área da justiça ou situando-se na área de abertura da justiça a outras áreas de serviço público, são **16 os/as Juízes/as Desembargadores/as** que





**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**  
**Gabinete do Presidente**

se encontram em comissão de serviço, com lugar no Tribunal da Relação de Lisboa, mas não exercendo aqui funções efetivas (**Anexo IX**).

Em 2017 **não existe previsibilidade objetiva de regresso** de qualquer destes Desembargadores, mantendo-se nessa situação até ao movimento judicial de 2018, pelo que não podemos contar com eles para a prossecução das nossas atribuições. Para além destes, 3 outros Juízes Desembargadores encontram-se em **acumulação com outras funções** e com redução de distribuição por decisão do Conselho Superior da Magistratura.

III. O Estado de **Motivação** do Corpo de Juízes/as Desembargadores/as.

A generalidades dos/as Juízes/as Desembargadores/as do Tribunal da Relação de Lisboa sente-se realizado/a pessoal e profissionalmente, com o sentimento de dever cumprido no exercício das suas funções.

Não obstante, a **estagnação do seu estatuto** face à realidade social e profissional que nos rodeia, quando não, até, a sua degradação, são motivo de algum desânimo. Para além da inexistente diferenciação salarial com largos setores da 1.<sup>a</sup> instância, logo anulada por efeitos dos mecanismos de retenção na fonte, os/as Juízes/as Desembargadores/as foram esquecidos por todo um conjunto de mecanismos remuneratório de que beneficiam outros servidores do Estado.

Trabalhando sem horário de trabalho, não dispõem de subsídio de isenção de horário de trabalho.

Trabalhando para além do número de horas comum aos serviços públicos, não recebem pagamento de trabalho extraordinário.

Desempenhando uma função de soberania e encabeçando a titularidade dessa função, nada recebem a título de despesas de representação.

Dispondo de um direito a férias pessoais confinado a uma parte do ano, entrecortado de "turno" e indefinido face às férias judiciais, encontram-se em condições de exercício desse direito inferiores ao mais simples servidor do Estado.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA  
Gabinete do Presidente

Trabalhando em regime intensivo ao longo de dezenas de anos, viram o **estatuto de jubilação** confinado a uns poucos resistentes, que logram atingir a idade e tempo de descontos exigidos, e a situação de **reforma por incapacidade penalizada** para além do que seria razoável, tendo em atenção a ausência de serviços de medicina do trabalho e a falta de reconhecimento de doenças profissionais, que sabemos existirem.

Permanecendo longos anos na função viram ser-lhes retirado o incentivo das diuturnidades, um prémio à sua resistência.

Restar-lhes-ia como incentivo de trabalho o **acesso ao Supremo Tribunal de Justiça**, mas no atual quadro legislativo só um reduzido número de Juízes/as Desembargadores/as atingirá esse grau profissional.

Até ao momento presente, por razões do agregado familiar, entre outras, tem-se mantido o fluxo de Juízes/as Desembargadores/as para o Tribunal da Relação de Lisboa.

Tememos, todavia, que esse fluxo se venha a inverter a curto prazo, havendo já sinais prenunciadores nesse sentido.

Com efeito, **a conjugação** dos três fatores que já referimos, a saber (1) **elevado número de processos**, (2) **dimensão e especial complexidade de um grande número deles**, (3) **as situações de doença próprias da idade, com a qualidade das decisões, própria de um Tribunal da Relação, tem gerado uma especial dificuldade no cumprimento dos prazos de decisão, situação com a qual, os/as Juízes/as Desembargadores/as se não conformam**, apesar de lhes ser alheia e não estar na sua disponibilidade debelá-la.

Os/as Juízes/as Desembargadores/as requerem a sua jubilação logo que atingem as condições mínimas para o efeito e não podemos, também, deixar de registar aqui que não tem sido possível dispor do contributo de jubilados/as, à semelhança do que se tem verificado noutros tribunais superiores.

A manutenção da motivação dos Juízes/as Desembargadores/as do Tribunal da Relação de Lisboa e da qualidade e quantidade do seu trabalho, ao nível a que nos têm habituado, passará por um **urgente** reposicionamento de um estatuto condigno, pela melhoria das condições de evolução do seu percurso profissional e sobretudo



**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**  
**Gabinete do Presidente**

pela **correção das distorções de trabalho, criadas ou exponenciadas pelas alterações orgânicas e processuais que já identificámos.**

Sem qualquer destes incentivos, afigura-se-nos difícil manter o seu estado de motivação e conseqüentemente o nível de produtividade e qualidade do Tribunal da Relação de Lisboa.

**IV. Previsão do número de Juízes/as Desembargadores/as necessários/as.**

Em 2017 o Tribunal da Relação de Lisboa vai ponderar a possibilidade de implementação do disposto no art.º 54.º, n.º 2, da Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto sem diminuição de produtividade geral e individual e avaliada a necessidade, que se faz sentir, de autonomizar/criar secção para recursos dos tribunais de competência territorial alargada, como o Tribunal da Propriedade Intelectual e o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, tal como previsto no art.º 167.º, n.º 4, da mesma Lei n.º 62/2013, mas sempre com a mesma preocupação de **eficiência** da ação deste Tribunal.

Do número de 125 Juízes/as Desembargadores/as, incluindo o presidente, os que tomaram posse como efetivos/as a 11/1/2017, em número de 8, terão de concorrer no próximo movimento, por deliberação do Conselho Superior da Magistratura, podendo, ou não, ser colocados neste Tribunal.

Este Tribunal da Relação de Lisboa contará, pois, a partir do próximo movimento, com **117 Juízes/as Desembargadores/as, o número mais baixo de sempre**, e com aqueles/as que o Conselho Superior da Magistratura houver por bem aqui colocar nesse movimento.

Pediram já a sua **jubilção** 3 Juízes Desembargadores, 2 com a idade legal e atingindo o terceiro essa idade em setembro próximo, pelo que, com toda a certeza, o Tribunal da Relação de Lisboa **reiniciará a sua atividade** após férias de verão de 2017, **com 114 Juízes/as Desembargadores/as**, acrescidos dos/as que forem colocados no movimento a que respeita este Relatório.

Em 2016 deram entrada neste Tribunal **12.046 processos**, tendo sido decididos 12.043 (**Anexo 1**).



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA  
Gabinete do Presidente

No 1.º trimestre de 2016 deram entrada 3.489 processos (**Anexo II**) e no 1.º trimestre de 2017 deram já entrada **3.643, um acréscimo de 145 processos** em três meses, o que vem **confirmar para 2017**, sem margem para dúvidas, **a tendência crescente do número** de processos entrados neste Tribunal, com um **aumento de 513** processos de 2014 para 2015 e **401** processos de 2015 para 2016 (2014 - **10.132 processos**; 2015 — **11.645 processos**; 2016 — **12.046 processos**), sendo de esperar um acréscimo ainda maior para 2017.

Mantendo como referência o número de **85 processos** por Desembargador/a, que peca por excesso atentas as características dos processos deste Tribunal, que acima referimos, ponderando as dificuldades do Conselho Superior da Magistratura em acorrer às necessidades de todos os Tribunais da Relação e, obviamente, respeitando as suas competências, o Tribunal da Relação de Lisboa terá de ser **reforçado com 31 novos/as Juízes/as Desembargadores/as efetivos/as**, sendo 8 em substituição dos Juízes/as Desembargadores/as, que são efetivos/as desde janeiro de 2017, e 23 em reforço dos 114 remanescentes do número atual ( $114+8+23=145$ ).

**Sem um mínimo de 145 Juízes/as Desembargadores/as efetivos/as no Tribunal da Relação de Lisboa corremos o risco de exaurir os restantes Juízes/as Desembargadores/as, chegando por essa via a uma situação de difícil reversão, quer pelas vicissitudes inerentes à saúde perdida, fora da nossa área de intervenção, quer pela demora na implementação de soluções de emergência.**

Uma dessas soluções de emergência poderá passar pela criação de uma **BOLSA para os Tribunais da Relação**, à semelhança do que já existe para a 1.ª instância, que permita acorrer às perturbações do trabalho (dos/as Juízes/as Desembargadores/as), tal como neste momento existe, de distribuição sequencial de processos sem atender ao seu volume, à sua complexidade, às vicissitudes de saúde de cada Relator/a, em suma, **sem atender ao tempo humanamente necessário para a decisão conscienciosa de cada um deles.**



**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**  
**Gabinete do Presidente**

V. Conclusão.

Sem prejuízo de melhor avaliação pelo Conselho Superior da Magistratura, com mágoa própria de quem não pode dizer/fazer melhor e certo de que esse Venerando Conselho não deixará de dar a devida atenção a estas minhas palavras,

Grato pela atenção, apresento os meus melhores cumprimentos.

Lisboa, 5 de abril de 2017.

O Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa

(Orlando Santos Nascimento)